

## **AÇÕES EDUCATIVAS EM PELOTAS: ARQUEOLOGIA E AS HISTÓRIAS INDÍGENAS DE LONGA DURAÇÃO**

TAMARA OLIVEIRA<sup>1</sup>; RAFAEL MILHEIRA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas –*multasoliveiras@gmail.com*

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas –*milheirarafael@gmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

O projeto Arqueologia, Educação Patrimonial e História Indígena em Pelotas, atividade de extensão ligada ao LEPAARQ/UFPEL, vigente desde 2011, tem como objetivo a socialização do conhecimento gerado a partir das pesquisas arqueológicas realizadas na região do pampa gaúcho, porção sul do Rio Grande do Sul, e especialmente em Pelotas. O projeto versa sobre as populações indígenas que ocuparam densamente esta região há pelo menos 2.500 anos A.P, conectando-as às populações indígenas atuais e trazendo à luz do debate a pluralidade de Histórias Indígenas de longa duração.

A partir da historiografia tradicional, fica demonstrada a invisibilização sistemática imposta às populações indígenas nos livros de História regional. Um silenciamento histórico de diversos coletivos ameríndios, que ocasiona tanto a falta de conhecimento da nossa sociedade atual em relação à pluralidade cultural que a compõe, quanto dos processos históricos de exclusão social e violência étnica aos quais estes grupos indígenas foram submetidos, levando-os à situação de extrema vulnerabilidade social que se encontram atualmente (MILHEIRA, 2014).

Tendo este cenário como plano de fundo e com foco em sua superação, nosso projeto busca promover atividades que propiciem a aproximação da comunidade com o patrimônio cultural-histórico indígena de Pelotas, partindo da compreensão conceituada por ABREU; SILVA (2016) de que patrimônio significa algo de propriedade pública, um direito de todos e dever do Estado, o que pressupõe que todos e todas tenham direitos iguais de conhecer os aspectos mais mínimos e sutis dos bens patrimoniais. Dessa forma, torna-se função de professores, pesquisadoras e pensadores em geral, mediar a construção dos meios necessários para os encontros entre o que é considerado patrimônio com as diversas comunidades que o constituem, levando sempre em consideração que este conceito carrega consigo a expressão direta dos conflitos e lutas entre os diversos grupos sociais, e nunca homogeneidades e apaziguamentos (ABREU, SILVA; 2016).

É neste sentido que, ao adotarmos como principal meio de nossas práticas educativas, a aproximação entre pessoas e objetos – artefatos arqueológicos e suas réplicas - buscamos promover a partir da experiência e do contato direto com as evidências materiais e manifestações simbólicas das diversas culturas existentes na região - em seus diversos aspectos, sentidos e significados - um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização desta herança cultural que nos é comum, propiciando então a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO; 1999). Como nos aponta LIMA (2011), os objetos representam a “dimensão concreta das relações sociais”, e possuem um papel ativo na sociedade à medida sua posse define diferenças sociais e estabelece

identidades de grupos, de forma que sua socialização apresenta o potencial de promover mudanças sociais significativas.

A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante. Não há como reverter essa condição, que torna a cultura material, de fato, a dimensão concreta das relações sociais (LIMA, 2011, p.21).

Ao explorarmos o potencial dos objetos a partir de uma prática sensorial – promovendo o encontro entre pessoas e cores, odores, pesos, texturas, formatos e a multiplicidade de possibilidades simbólicas dos materiais, estamos ainda possibilitando para a sociedade, conforme INGOLD (2008) a percepção do mundo como um engajamento ativo e exploratório da pessoa inteira, compreendendo a indivisibilidade entre corpo e mente e estimulando nossa maneira sensória de perceber o mundo (INGOLD, 2008).

## 2. METODOLOGIA

As ações educativas realizadas em nosso projeto, consistem em promover situações de aprendizado sobre a diversidade das manifestações culturais, através de atividades organizadas em instituições públicas e privadas. Espera-se que essas ações despertem nos alunos, professores e público em geral, a possibilidade de que, enquanto indivíduos e coletivamente, façam a leitura crítica do mundo que os rodeia, fomentando à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que estão inseridos (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO; 1999).

Para isto, temos como orientação metodológica os quatro momentos de atuação propostos por HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO (2009), os quais adaptamos a cada nova atividade.

1) Observação – Inicia-se com o contato visual entre pessoas, mediadores e público, em busca por criar um ambiente empático, o que já sabemos propiciar a criação de vínculos, aumentando com isso a possibilidade de troca de conhecimentos. Na sequência, dá-se a busca por compreender tanto o perfil, quanto as demandas do grupo com o qual estamos interagindo, quais são os temas de interesse e como fazer a mediação entre a proposta que levamos com a realidade que nos deparamos. Em seguida a observação dos materiais arqueológicos e sua manipulação, promovendo a curiosidade e a busca pela identificação dos objetos, questionamentos sobre suas funções e significados, os estímulos sensoriais e imaginativos e a experimentação do mundo através dos corpos e a partir dos materiais.

2) Registro – Nesse momento propomos a elaboração de desenhos, estimulamos a descrição verbal ou escrita dos objetos e da experiência na ação educativa, em busca da fixação do conhecimento compartilhado, desenvolvimento da memória, da análise crítica e da observação minuciosa.

3) Exploração – Buscamos levantar outras hipóteses interpretativas sobre os materiais e seus significados, propondo trocas de opiniões entre as pessoas do grupo e a sugestão de pesquisas em outras fontes, a fim de consolidar a importância da análise crítica das informações compartilhadas.

4) Apropriação – Geralmente se dá concomitante aos momentos anteriores, através da criação de um envolvimento afetivo com este momento de troca de saberes e com a valorização da participação criativa entre as pessoas, o afeto da

experiência da ação educativa, o que propicia a valorização do próprio bem cultural.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da parceria com diversos coletivos e instituições, e a partir do engajamento de muitos profissionais que nos procuram buscando ações educativas relacionadas à Arqueologia e a História Indígena de longa duração, neste ano desenvolvemos múltiplas atividades, dentre as quais: com o Curso Popular UP - LECA/FURG/Prefeitura do Capão do Leão, organizamos e mediamos uma saída de campo para os sítios arqueológicos do Pontal da Barra, com a Bibliotheca Pública de Pelotas – integrando as atividades do Dia do Patrimônio 2019, organizamos no espaço do museu da biblioteca, três dias de exposição e mediação dos materiais arqueológicos e atividade de escavação simulada voltada às crianças, atingindo um público de aproximadamente 2.500 pessoas.

Na Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe de Pelotas/RS participamos da "I Mostra de Profissões", com um estande de materiais arqueológicos e comunicação sobre área de atuação e as possibilidades da carreira profissional no âmbito da Antropologia e Arqueologia aos jovens vestibulandos. Com o Colégio Gonzaga, promovemos a atividade “Descobrimos a Arqueologia”, elaborada para 5 turmas do 3º ano do Ensino Fundamental, aproximadamente 140 crianças com idade entre 8/9 anos, um circuito de atividades envolvendo desde a apresentação de imagens sobre o tema, manipulação dos materiais, escavações simuladas, desenhos coletivos, até a contação de histórias a partir de objetos pessoais levados pelos alunos.

Consideramos os resultados obtidos nestas atividades bastante positivos, já que em todas as oportunidades e com os mais diversos públicos, conseguimos estabelecer uma comunicação baseada numa relação dialógica, promovendo momentos de trocas de saberes e de criação de vínculos e memórias, de aproximação da comunidade com a academia e de extroversão do conhecimento científico, cumprindo assim com o objetivo da proposta de extensão universitária.

Nosso trabalho se encontra em andamento, havendo uma agenda de atividades futuras, para as quais elaboraremos novas propostas de atividades – incluindo teatro, música, e outras formas de expressão artística, que serão desenvolvidas a partir do estudo de materiais publicados sobre o tema, e do aprendizado que obtemos a cada nova experiência educativa.

### 4. CONCLUSÕES

Neste caminho para a construção coletiva do conhecimento, um dos fatores mais importantes para atingirmos o objetivo das ações educativas é o estímulo ao interesse por parte do público em relação ao conteúdo, o que é gerado a partir do estabelecimento de vínculos e do reconhecimento de si no que lhes é apresentado. Cabe a nós, pesquisadoras e educadores em geral, ao entendermos nossas ações educativas como práticas para a cidadania, promover ambientes educativos que, segundo FREIRE (1994) em sua proposta de uma educação libertadora, se orientem no sentido da humanização do educador/educando, com uma ação que se baseie na crença na humanidade e em no seu poder criador, já

que a partir de um pensar autêntico, a educação forma indivíduos críticos, criativos e autônomos, capazes de agir no seu meio e transformá-lo (FREIRE, 1994).

Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez se volta problematizado, para os sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. (FREIRE, 1994, p.78)

Deste modo, entendemos nossas ações educativas como o lugar propício para construirmos de forma coletiva, novas formas de pronunciarmos o mundo, ampliando os entendimentos sobre as diversas materialidades, sobre nossos passados, e principalmente desenvolvendo conjuntamente ao nosso público um olhar crítico e antropológicamente orientado. Olhares que, por um lado, estejam sensibilizados para observar a imensa gama de possibilidades de modos de vida e, portanto, compreendam a diversidade cultural ameríndia em toda sua dimensão de riqueza, e que em contrapartida, se posicionem contrários ao modo genocida como o Estado e os grupos dominantes vem tratando nossos povos tradicionais e seus territórios, lhes negando, a partir de um posicionamento epistemicida, seus direitos de reprodução cultural e existência.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, R.; SILVA, R. M. D. Educação e processos de patrimonialização cultural: À guisa de introdução. **MOUSEION**, Canoas, n.23, p.7-13, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1994.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

INGOLD, T. Pare, olhe, escute! – um prefácio. Tradução de ROMÃO, L.M.V.; BALIEIRO, M.; VALENTINI, L. FRANK, E.; FIORE, A. L; HARAYAMA, R. **Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**. Ano 2, versão 3.0, 3p., 2008.

LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2011

MILHEIRA, R. Pelotas 2500 anos de História Indígena. **Almanaque Bicentenário de Pelotas**. Pelotas: Ed. João Eduardo Keiber ME, v.3, p. 37-47, 2014.